

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

ISABELLA CURCIO BROUWENSTYN

RELATÓRIO FINAL

PROGRAMA DE IC:

- PIBIC
- PIBIC Af
- PIBIC EM
- PIBITI

MODALIDADE:

- CNPq
- UFPR TN
- Fundação Araucária
- Voluntária

O PROCESSO DE URBANIZAÇÃO DE CURITIBA E A HABITAÇÃO (1930-1940)

Relatório apresentado à Coordenação de Iniciação Científica e Tecnológica da Universidade Federal do Paraná como requisito parcial da conclusão das atividades de Iniciação Científica ou Iniciação em desenvolvimento tecnológico e Inovação - Edital 2021
Orientadora: Prof.^a Dr.^a Elizabeth Amorim de Castro
Título do Projeto: As Interfaces entre Modernização, Arquitetura, Urbanismo e Patrimônio Cultural nas Cidades Paranaenses

CURITIBA

2022

1. RESUMO

A presente pesquisa de iniciação científica, de caráter teórico-conceitual e cunho exploratório, tem como objetivo caracterizar e analisar a problemática habitacional no processo de urbanização de Curitiba nas primeiras décadas do século XX, relacionando-a ao contexto urbanístico do período. Busca-se também inseri-la no contexto mundial e nacional e estabelecer vínculos existentes com as diretrizes urbanísticas vigentes. Embasada nesta análise, a pesquisa tem como enfoque a questão habitacional, seus fatores técnicos, políticos e sociais. O trabalho foi dividido em quatro etapas, sendo as duas primeiras uma revisão bibliográfica sobre a urbanização de cidades europeias, estadunidenses e brasileiras (especialmente São Paulo e Rio de Janeiro), entre os séculos XIX e XX. As duas etapas seguintes consistiram na apreensão do contexto urbanístico curitibano e suas conexões com a questão da habitação na década de 1930, com ênfase na construção de residências em madeira e em sua regulamentação. Para isso, foi feita a revisão bibliográfica sobre o tema e a pesquisa, sistematização e análise de fontes primárias – como legislação vigente do período, alvarás de construção e projetos de residências em madeira e mapas do município. Desta forma, foram realizadas a identificação, análise e mapeamento de 55 habitações, categorizadas em relação à área construída. Constatou-se maior incidência das moradias em madeira na terceira zona de Curitiba, ou até mesmo fora do quadro urbano, cumprindo o estabelecido pela legislação; e que estas, pelo seu tamanho e número de ambientes internos, majoritariamente eram de pequeno e médio porte. Os resultados obtidos evidenciam que a madeira, pelo seu menor custo, foi utilizada pela população de baixa renda para a construção de habitações econômicas no período; e que estas unidades estavam afastadas da área central, confirmando a desigualdade de ocupação do espaço urbano.

Palavras-Chave: Urbanização. Cidades. Habitação. Madeira.

2. INTRODUÇÃO

A partir do final do século XVIII, em termos gerais, as cidades começaram a passar por grandes transformações e um expressivo crescimento populacional. O

final do século XIX representou um contexto dinâmico – e até mesmo caótico – para as cidades europeias, em decorrência do processo de industrialização e o crescimento acelerado das últimas décadas. No início do século XX, acentuou-se a necessidade de remodelação dos centros urbanos para atender as demandas provenientes do crescimento econômico e populacional, como as precárias condições de higiene e habitação de grande parcela da população, acompanhadas da aglomeração humana, incidência de epidemias e os problemas de saneamento básico. Inseridos em um contexto higienista, os planos de remodelação buscavam solucionar essas questões através de medidas atreladas à circulação e higiene, acompanhadas pelos propósitos de renovação, ampliação e modernização das cidades. Algumas das principais ações foram inserções de redes ferroviárias, aberturas de novos eixos viários, projetos de redes de gás, água e esgoto, instalação de equipamentos urbanos e criação de normas edilícias (ZUCCONI, 2009).

O conhecimento científico, as novas tecnologias desenvolvidas, aliados ao adensamento das cidades e à implantação de infraestrutura, alteraram significativamente o modo de vida nas cidades, processo que foi acompanhado por regulamentações sanitárias e códigos de postura. Ainda, na época, o conforto e a privacidade passaram a ter importância na sociedade, princípios estruturados pelas imposições higienistas e evoluções técnicas, conformando a cidade e um novo modelo de vida urbano que buscava a melhor circulação, higiene e embelezamento da cidade (CASTRO; POSSE, 2012).

As cidades brasileiras apresentaram problemas semelhantes aos das cidades europeias e, diante deste fato, buscaram realizar ações e intervenções para corrigi-los, importando os modelos europeus – principalmente o inglês e o francês –, adequando-os às próprias necessidades (CORREIA, 2004).

Em Curitiba, a área central, o coração da cidade, foi o foco inicial da modernização e das ações urbanas. Em consequência, essas regiões servidas de infraestrutura eram valorizadas e ocupadas pela população de maior poder aquisitivo, capaz de acessar os serviços e também de atender a legislação construtiva mais rigorosa, pagando os altos impostos e expressando em suas casas o novo modo de vida. A arquitetura, considerada elemento importante no processo de urbanização, é regulamentada com parâmetros mínimos a serem cumpridos. Emerge, assim, a moradia como espaço sanitário, base para a difusão de

mecanismos disciplinares na esfera doméstica e a casa como um local para o fortalecimento da vida familiar. A destinação de cômodos para atividades específicas, a implantação isolada da edificação no terreno (possibilitando ventilação) e o porão elevado (para prevenir o piso da umidade do solo) são alguns exemplos desse novo modo de vida, especialmente urbano e moderno, cujas virtudes são buscadas dentro do espaço doméstico e inseridas na cidade (CASTRO; POSSE, 2012).

A presente pesquisa buscou analisar o contexto urbanístico mundial e internacional no final do século XIX e início do século XX para compreensão das problemáticas do período e das soluções urbanísticas apresentadas para solucioná-las. A compreensão deste contexto possibilitou maior instrumentação teórica à etapa de entendimento do processo de urbanização de Curitiba entre 1930 e 1940, o que viabilizou a sistematização e análise das habitações econômicas (casas de madeira) da época na capital paranaense.

3. REVISÃO DA LITERATURA

A partir do século XVIII, durante o século XIX e no início do século XX, as cidades passaram por um grande ciclo de expansão e transformação (que moldaram aspectos das paisagens atuais). O século XIX, especialmente, foi um período dinâmico que presenciou as cidades multiplicarem seus números de habitantes.

O crescimento demográfico desigual ocorreu com o aumento da mecanização do campo, juntamente à concentração de fábricas e atividade industrial nos centros urbanos, fazendo com que a população e os recursos se concentrassem nesses locais, ocasionando uma urbanização desordenada. A população instalada nesses centros urbanos cresceu ainda mais após a inserção de redes ferroviárias – nas quais as linhas buscavam privilegiar os centros já consolidados. O acelerado desenvolvimento e crescimento urbano atrelado à falta de planejamento e regulamentação resultaram em sérias complicações. Aglomeração urbana, falta de condições de higiene, degradação material e moral, problemas ambientais, circulatórios e sanitários eram algumas das características mais evidentes das metrópoles da época (ZUCCONI, 2009).

Com o processo de industrialização, os avanços tecnológicos e o crescimento demográfico, problemas já existentes se intensificaram, sendo a insalubridade o

principal deles. Devido ao elevado e descontrolado crescimento populacional, acompanhado pela falta de planejamento urbano e pela desigualdade social, uma grande parcela da população buscou alternativas baratas de moradia, o que a levou a residir em cortiços e habitações coletivas de condições precárias, sem infraestrutura hidrossanitária, iluminação e ventilação adequadas (ZUCCONI, 2009). A moradia das classes menos favorecidas na cidade era vista como fonte de problemas – principalmente aqueles relacionados à saúde e à moralidade –, com sérias e graves repercussões para a sociedade. Considerada como local promíscuo e sujo e propício, relacionava--se também à falta de energia para o trabalho, o que impedia a ascensão econômica dos trabalhadores (CORREIA, 2004). A debilidade das condições higiênicas das habitações, a degradação ambiental e a fragilidade econômica da população contribuíram para uma expressiva disseminação de epidemias, que comprometiam a cidade como um todo.

Com as precárias condições e as exaustivas jornadas de trabalho, especialmente a população operária era submetida a um cenário degradante de poluição, miséria, ruídos, mau cheiros e disseminação de doenças. Portanto, apesar de as moradias dos pobres serem a principal problemática, ficou claro que o problema habitacional não se resolveria somente com a extinção da alta demanda por moradia nos centros urbanos; estes necessitariam de mudanças nas estruturas sociais industriais da época (CALABI, 2015). Nesse contexto, manifesta-se a necessidade e a demanda de intervenção e organização do espaço físico das metrópoles. As intervenções, de grande abrangência, foram pautadas por conhecimentos técnicos e científicos, desenvolvidas por estudiosos e profissionais de diferentes áreas, como medicina, engenharia, entre outras (HOMEM, 2011). Ficaram conhecidas como planos de remodelação, os quais tinham como diretrizes a higiene, a circulação e o embelezamento e possuíam maior abrangência quando comparados às ações pontuais realizadas nas cidades.

A fim de começar a solucionar os problemas nos centros urbanos, grandes obras foram realizadas no século XIX, como abertura de novos eixos viários, redes de gás, canalização e instalações hídricas. Após 1880, surge o conceito de "serviço de rede", que diz respeito à água, ao gás, aos transportes e à energia elétrica. Nessa fase, o poder público passa a ter um papel mais ativo nas intervenções das cidades, visto que, até então, a cidade era regida pelo capital privado, sem regulação alguma do poder público. Ainda nessa década, o termo "engenharia

sanitária" surgiu para tratar dessas e de outras obras públicas (como a abertura de novas ruas amplas), se inserindo também na esfera da habitação, com a demolição de edifícios insalubres e a implementação de moradias mais higiênicas (ZUCCONI, 2009).

Durante as últimas décadas do século XIX e na primeira metade do século XX, a habitação urbana passou por uma grande reformulação, a qual abrangeu mudanças espaciais, alterações de usos e significados. Conceitos como o “habitat moderno”, proposto por Lion Murad e Patrick Zylberman em 1976, de remodelação da moradia e da sua relação com o entorno foram empregados. Tratava-se de uma habitação articulada a equipamentos coletivos e redes de infraestrutura, modificando antigas funções, com o intuito de transformar a habitação em um lugar estritamente residencial e de repouso. Com isso, houve a separação da jornada de trabalho e da vida doméstica e as atividades produtivas foram afastadas. A intervenção na moradia se deu principalmente pela redefinição do programa de necessidades e do agenciamento espacial, com segmentação dos espaços internos, diferenciação de áreas sociais, íntimas e de serviço e buscando privacidade e salubridade, especialmente através da ventilação e da iluminação natural. Houve também pelo emprego de novas técnicas construtivas e materiais. Nas casas abastadas e de médio porte, esse modelo foi empregado em grande parte por iniciativa dos próprios moradores, mas para expandir o modelo até as moradias da camada mais pobre da população foi necessário o envolvimento de diferentes setores da sociedade – como médicos e industriais, por exemplo, que tinham o objetivo de conter epidemias e melhorar as condições de saúde da classe trabalhadora (CORREIA, 2004).

Simultaneamente à questão da habitação, estratégias de modificação do espaço urbano foram lançadas: desaglomeração, descongestionamento, iluminação, drenagem, saneamento básico, limpeza urbana, arejamento, abastecimento de água e arborização. Todas essas estratégias tinham o objetivo comum de melhorar a salubridade e o funcionamento das cidades, e elas se deram através de reformas urbanas, criação de leis e regulamentos, implementação de infraestrutura e equipamentos e construção de residências populares. A modificação dos traçados das ruas do meio urbano, por exemplo, como o alargamento das vias, não resolvia somente problemas estéticos e de circulação, mas também solucionava a questão dos condutores de fluídos (esgoto e água) e a passagem de ar e luz das residências – que antes estavam aglomeradas (CORREIA, 2004).

Entre o final do século XIX e o início do século XX, no Brasil, as cidades também sofreram transformações. Assim como nas cidades europeias, houve um considerável crescimento populacional e, conseqüentemente, emergiram os mesmos problemas decorrentes, como a expansão territorial desordenada, a proliferação dos cortiços, a falta de infraestrutura e a disseminação das doenças. Frente a tal situação, as principais cidades passaram a implantar planos de remodelação. As transformações provenientes da industrialização – principalmente – nos países europeus fizeram com que as cidades brasileiras buscassem a modernização do espaço urbano, com planos de embelezamento, melhoramento e remodelação. Contudo, é importante ressaltar que, nesse primeiro momento, assim como ocorreu na Europa, o objetivo principal não era atender às demandas populares – como o investimento em moradias acessíveis e salubres para a população de baixa renda – mas sim à modernização e ao desenvolvimento dos centros urbanos. Havia um interesse de estar em conformidade com os modelos urbanísticos europeus. Para isso, diversas ações de diferentes setores (públicos e privados) foram realizadas, como obras de infraestrutura, investimento em parques e praças, melhoria e ampliação de serviços urbanos, elaboração de legislação urbanística, entre outros (CARPINTÉRO, 1997).

A partir dos anos 20 os problemas das cidades excederam as questões da estética e embelezamento. Problemas políticos e sociais, como a formação de bairros operários, o transporte e a habitação passaram receber mais atenção. No decorrer dos anos 30, por exemplo, o Plano Agache e o Plano de Avenidas (nas cidades do Rio de Janeiro e de São Paulo, respectivamente) foram apresentados como instrumentos de reforma urbana, com base nos pressupostos do urbanismo moderno. O conceito de planejamento urbano ultrapassou uma motivação privada e espontânea e abarcou um campo de estudo específico envolvendo diferentes áreas profissionais na busca de solucionar problemáticas das cidades. A preocupação dos urbanistas se voltou a combater a prática desenfreada e sem controle por parte de especuladores imobiliários e todas as iniciativas tinham como interesse principal a construção popular. A cidade passou a ser um campo de experimentos e tentativas que fossem capazes de suprimir as causas do desenvolvimento industrial (CARPINTÉRO, 1997).

No Brasil e em vários países europeus, muitos projetos de construção barata de casas populares foram lançados. Tais projetos buscavam delimitar uma área

mínima para as residências, capaz de respeitar todas as necessidades exigidas pela técnica sanitária (CARPINTÉRO, 1997). Fábricas, mineradoras, ferrovias e imobiliárias se envolveram na construção de moradias salubres e baratas para a classe trabalhadora, principalmente a partir da década de 1890. A partir da primeira década do século XX, o Estado também iniciou uma atuação na construção de casas populares, que se intensificaria após a década de 1920. A presença de promotores imobiliários neste setor começou nos últimos anos do século XIX, incentivados pelo governo com diversos benefícios, incluindo isenções fiscais e direitos de desapropriação de terrenos (CORREIA, 2004).

Muitas tentativas mostraram a presença de diferentes interesses em torno da construção popular. Para as construtoras, era mais uma forma de investimento ou fonte de lucro. Para os políticos, representou uma possível solução para os protestos populares (como greves e reivindicações de moradia). Para arquitetos e engenheiros, significava uma forma de possibilitar o "projeto político" de urbanização e controle do crescimento da cidade (CARPINTÉRO, 1997).

4. MATERIAIS E MÉTODOS

O desenvolvimento do trabalho de iniciação científica foi dividido em quatro etapas, sendo elas: (1) a caracterização do contexto urbanístico mundial, (2) a caracterização do contexto urbanístico nacional, (3) a caracterização do contexto urbanístico de Curitiba e (4) um objeto de estudo de caso da capital paranaense – a construção de residências em madeira e sua regulamentação.

As duas primeiras etapas, desenvolvidas no segundo semestre de 2021, correspondem à revisão bibliográfica de oito livros e discussões em grupo por meio da plataforma on-line Microsoft Teams. As leituras e debates tiveram como finalidade compreender e caracterizar os contextos urbanísticos mundial e nacional, com ênfase no tema habitacional, assim como as principais ações tomadas e intervenções realizadas em centros urbanos em um período que abrange o final do século XVIII ao início do século XX.

A terceira etapa, que teve início em 2022, consistiu na revisão bibliográfica sobre o processo de urbanização e habitação de Curitiba, com o objetivo de analisar o seu contexto histórico no final do século XIX e início do século XX.

A última etapa da presente pesquisa correspondeu na escolha e pesquisa de um objeto de estudo dentro deste contexto. Após a decisão do tema (habitação econômica), foi solicitado para o Arquivo Municipal de Curitiba alvarás de madeira emitidos na década de 1930. Desta forma, foram realizadas a identificação, sistematização e mapeamento de cinquenta e cinco habitações, categorizadas em relação à área construída, analisadas em relação à legislação vigente na época, possibilitando assim chegar a algumas conclusões sobre a problemática habitacional e o processo de urbanização da capital paranaense.

5. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Curitiba nas primeiras décadas do século XX, assim como as demais principais cidades brasileiras, intensificou o seu processo de urbanização, passando por profundas transformações sociais e urbanas, as quais foram acompanhadas de ações que buscavam a modernização e o melhoramento construtivo da cidade. As ações do poder público se destacaram no planejamento, implementação e regulamentação de serviços considerados essenciais à vida moderna. Continuamente, contando com avanços e retrocessos, foram implantados sistemas de abastecimento e distribuição de água e de coleta de esgoto, pavimentação e arborização das vias, ampliação e aprimoramento da iluminação pública – chegando também às residências, assim como a comunicação telefônica. Os bondes também passaram a fazer parte do cotidiano (CASTRO; POSSE, 2012).

Durante a Primeira República, houve um processo de políticas públicas que privilegiaram a área central da cidade em relação à implantação de infraestrutura e ação de melhorias. Esse processo resultou na delimitação do quadro urbano e o uso do solo, estabelecendo também critérios construtivos (CASTRO; POSSE, 2012).

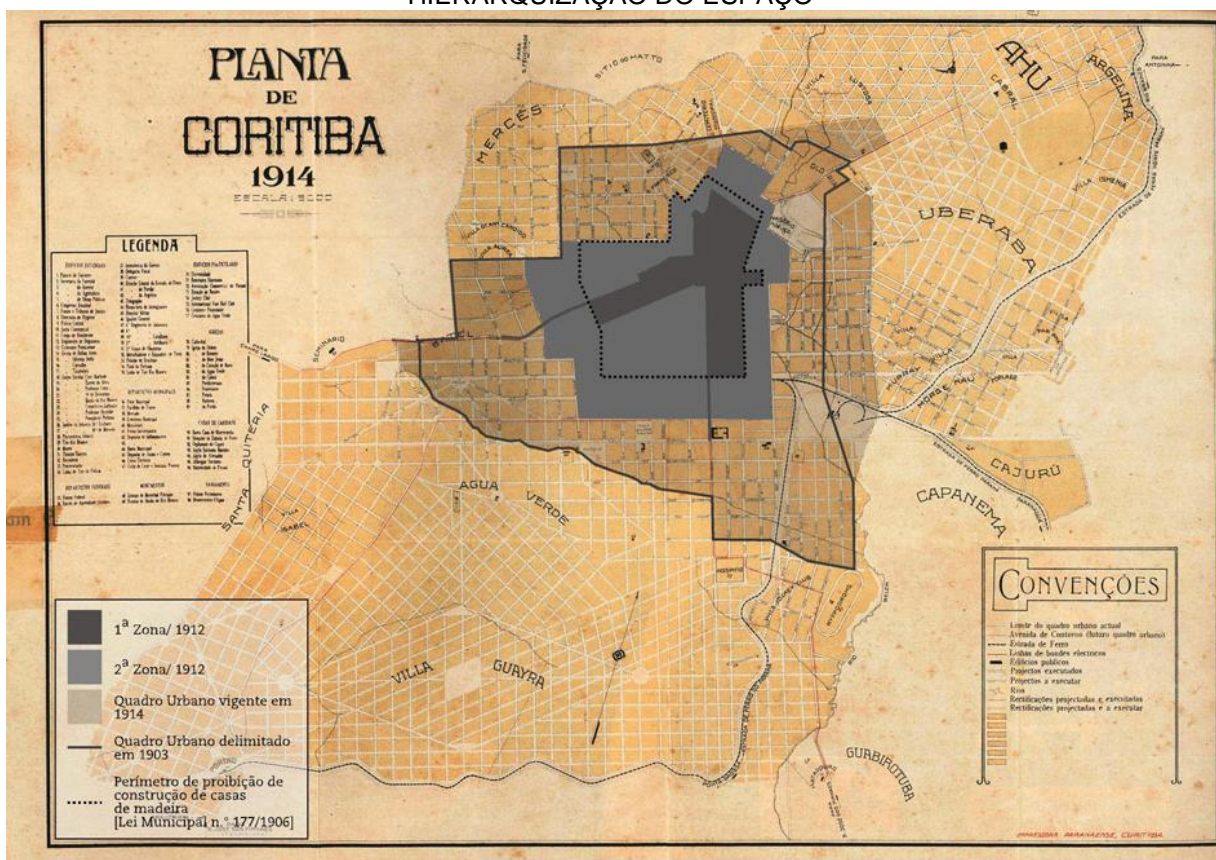
A capital paranaense, que ainda podia ser considerada como uma cidade de pequeno porte e horizontalizada, viu seus residentes passarem a buscar novas formas de morar (como em edifícios verticalizados), com a devida infraestrutura (rede hidrossanitária, de energia elétrica e de telefonia), localização próxima de diferentes tipos de atividades e serviços, assim como o melhoramento do padrão construtivo (CASTRO; POSSE, 2018).

Até então, a utilização da madeira como material construtivo havia sido presente no município e, por se tratar de um material abundante e de baixo custo, o

seu emprego estava vinculado às habitações econômicas e populares, pertencentes à classe menos favorecida. Desde o início do século XX, a legislação procurou regulamentar o seu uso, impondo parâmetros construtivos mínimos e limitando a implantação em regiões mais remotas.

A Lei Municipal n.º 177, de 30 de abril de 1906 (CURITIBA, 1906), dispôs pela primeira vez em Curitiba a respeito das casas de madeira, proibindo sua construção na região mais central da cidade. Foi seguida pela Lei Municipal n.º 341 de 1912 (CURITIBA, 1912), que dividiu o quadro urbano em três zonas, sendo a primeira correspondente à área central (já provida de rede hidrossanitária, serviço de bonde elétrico, rede telefônica, ruas pavimentadas, com coleta de lixo e de maior concentração de edificações); a segunda, circundante a essa, abrigando os novos loteamentos; e, por fim, a terceira, que delimitava o quadro urbano de Curitiba. A medida definia padrões construtivos e urbanísticos, locação de equipamentos e valores diferenciados de impostos.

MAPA 1 – PLANTA DA CIDADE DE CURITIBA EM 1914 COM A DELIMITAÇÃO DAS ZONAS E HIERARQUIZAÇÃO DO ESPAÇO



Fonte: Memória Urbana.

Posteriormente a estas, a Lei Municipal n.º 413, de 07 de fevereiro de 1914 (CURITIBA, 1914), estabeleceu novos parâmetros para as construções de casas de madeiras na segunda e terceira zonas da cidade e seus arrabaldes, desde que satisfeitas às exigências previstas pela presente lei, como demonstra o QUADRO 1.

QUADRO 1 – PARÂMETROS CONTRUTIVOS DA LEI MUNICIPAL N.º 413 DE 1914

| | |
|----|---|
| 1 | Afastamento frontal da edificação: mínimo de 5,00 metros. Afastamentos laterais da edificação: mínimo de 2,00 metros. |
| 2 | Pé-direito: mínimo de 4,00 metros. |
| 3 | Volume de cada compartimento: mínimo de 36,00m ³ . |
| 4 | Deve ser assentada sobre alicerces de alvenaria de pedra ou tijolo. Em terreno plano: mínimo de 80 centímetros de altura. Em terreno inclinado: mínimo de 30 centímetros de altura. |
| 5 | Janelas com, pelo menos, 2,30 metros de altura por 1,10 metro de largura, inclusive a bandeirola. |
| 6 | Abas do telhado (exceto as dos fundos) devem ser guarnecidas de lambrequins. |
| 7 | Portas, janelas, lambrequins, paredes e forros cepilhados devem ser pintados a óleo, interna e externamente. |
| 8 | Deve ser coberta com telha de barro. |
| 9 | Janelas de bandeirolas devem ser guarnecidas de vidraças. |
| 10 | Deve ter no alinhamento das ruas ou praças gradis de ferros. |
| 11 | No caso de possuir varanda, a largura desta deve ser de 1,50 metro no mínimo. |
| 12 | Absolutamente proibida a construção de telhado em uma água, mesmo provisoriamente. |

Fonte: Autora (2022) tendo como base a Lei Municipal n.º 413, de 07 de fevereiro de 1914.

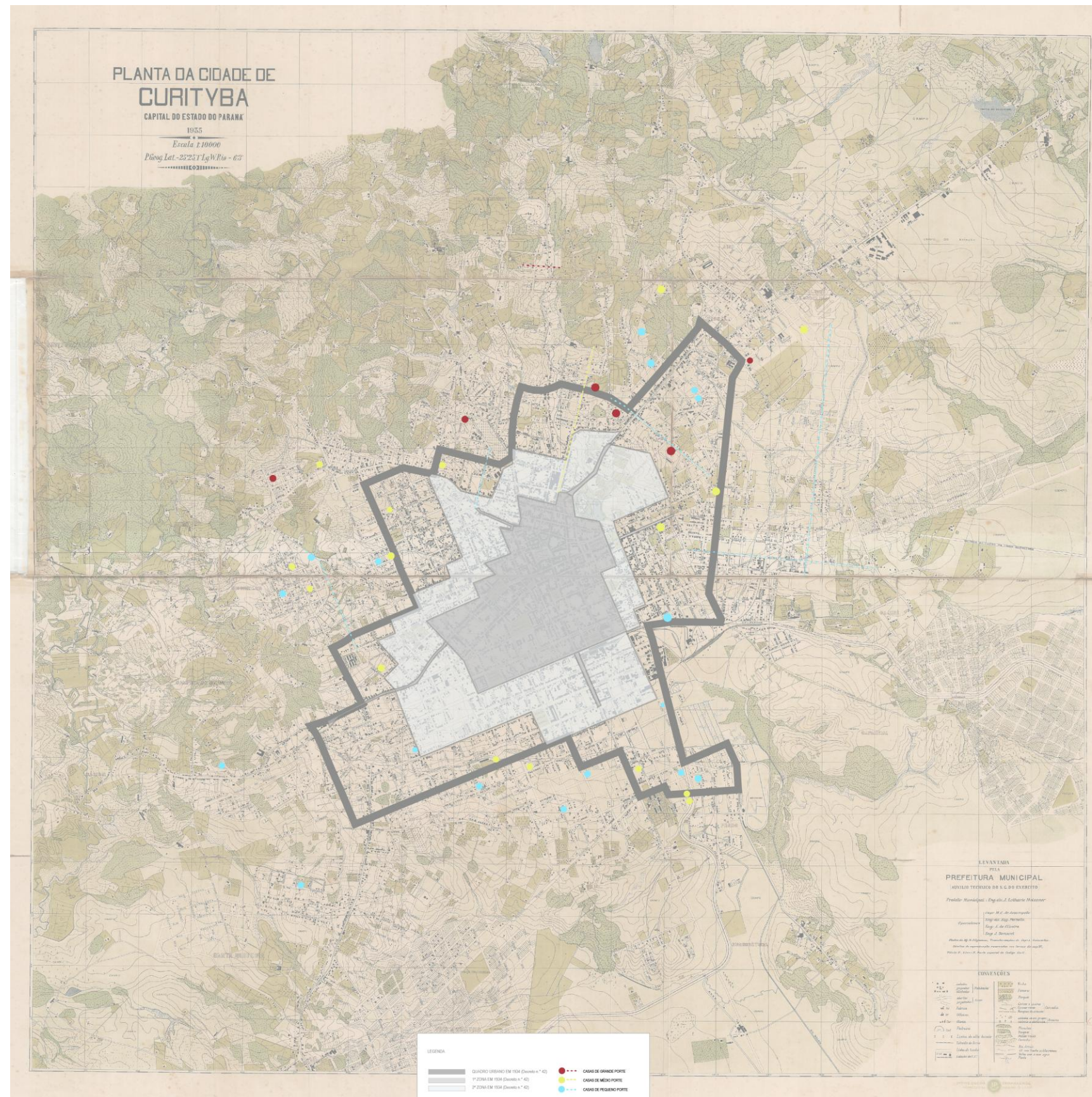
No ano de 1919, Curitiba atualizou o Código de Posturas com a Lei Municipal nº. 527 (CURITIBA, 1919). A zona urbana compreendia todos os terrenos que estavam situados nas ruas, praças e avenidas dentro dos limites do quadro urbano. A suburbana consistia em uma faixa de 1 quilômetro além dos limites do quadro urbano. E, por fim, o rocio se tratava do espaço existente entre a zona suburbana e os limites do município. O Código de Posturas de 1919 não estabeleceu um novo quadro urbano, apenas dispôs que os seus limites eram os fixados por lei e pela lei poderiam ser alterados. Além da divisão da cidade em zonas, o documento também determinou quais eram as exigências para as construções em cada uma dela. Na zona suburbana, por exemplo, as exigências consistiam em atender os alinhamentos prediais das ruas já existentes no quadro urbano (facilitando os fluxos quando a cidade crescesse naquelas direções). Outro elemento de distinção entre as zonas urbana e suburbana era o imposto territorial, visto que este era cobrado apenas dentro da primeira.

Em 1929, a Lei Municipal de n.º 768 (CURITIBA, 1929) estabeleceu novas limitações para o quadro urbano da capital paranaense (MAPA 2). Assim, mantém durante a década de 1930, as disposições anteriores em relação às construções em madeira e sua localização.

Neste contexto, buscou-se analisar os projetos de casas de madeira que foram aprovados na Prefeitura de Curitiba na década de 1930, cujos processos encontram-se no acervo do Arquivo Público Municipal. Foram obtidos cinquenta e cinco alvarás de construção do período de 1930 a 1941, os quais foram identificados, mapeados, sistematizados e analisados em relação aos parâmetros da legislação vigente na época.

O estudo resultou em um mapa geral de localização (MAPA 2) e, considerando os parâmetros de implantação e construtivos definidos pela legislação vigente, e em uma tabela geral das casas de madeira construídas entre 1930 e 1941 (TABELA 1).

MAPA 2 – LOCALIZAÇÃO DAS CASAS DE MADEIRA CONSTRUÍDAS ENTRE 1930 E 1941 EM RELAÇÃO AO ZONEAMENTO VIGENTE



Fonte: Autora (2022) tendo como base cartográfica a Planta da Cidade de Curitiba - 1935. Acervo: Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba (IPPUC).

TABELA 1 – TABELA GERAL DAS CASAS DE MADEIRA CONSTRUÍDAS ENTRE 1930 E 1941

| PROPRIETÁRIO | DATA DO ALVARÁ | LOGRADOURO | EDIFICAÇÃO LOCALIZADA NO MAPA | ZONEAMENTO | CATEGORIA | ÁREA CONSTRUÍDA ESTIMADA (m²) | IMPLANTAÇÃO | REFERÊNCIA | |
|--------------|-----------------------------|------------|--|--------------|---|-------------------------------|---------------------|------------------------|--|
| [01] | Jorge Weiser | 08/04/1930 | Rua Xingú, lote nº 5 B | Sim | Fora do quadro urbano | Médio porte | 72,12 | Casa isolada | Alvará n.º 1138 - Prefeitura Municipal de Curitiba |
| [02] | Casimiro B. | 04/01/1933 | Planta Bordignon | Parcialmente | 3ª zona / fora do quadro urbano | Pequeno porte | | Casa isolada | Alvará n.º 4 - Prefeitura Municipal de Curitiba |
| [03] | Rodolpho Alvim de Oliveira | 10/01/1933 | Rua Buenos Aires, lote nº A-2 | Sim | 3ª zona | Médio porte | | Casa isolada | Alvará n.º 10 - Prefeitura Municipal de Curitiba |
| [04] | João Weckerlim | 19/01/1933 | Alameda D. Julia da Costa, lote nº 6 | Sim | Fora do quadro urbano | Médio porte | 68,25 | Casa isolada | Alvará n.º 28 - Prefeitura Municipal de Curitiba |
| [05] | Manoel Casimiro da Costa | 19/01/1933 | Planta Cajuru, lote nº 383 | Não | | Médio porte | 77,00 | Casa isolada | Alvará n.º 21 - Prefeitura Municipal de Curitiba |
| [06] | Celestino Pointevin | 26/01/1933 | Rua Comendador Roseira | Sim | 3ª zona | Médio porte | 60,00 | Casa isolada | Alvará n.º 31 - Prefeitura Municipal de Curitiba |
| [07] | Francisco Schlichta | 28/01/1933 | Rua Victoria (Planta Jarbas de Barros, lotes nº 18, 19 e 20) | Sim | Fora do quadro urbano | Pequeno porte | 52,00 | Casa isolada | Alvará n.º 28 - Prefeitura Municipal de Curitiba |
| [08] | João Linder | 28/01/1933 | Rua Lamenha Lins | Sim | Fora do quadro urbano | Pequeno porte | 43,20 | Casa isolada | Alvará n.º 25 - Prefeitura Municipal de Curitiba |
| [09] | Stanislau Sokoloski | 31/01/1933 | Alameda D. Julia da Costa (Planta Schimmelpfeng, lote nº 231) | Sim | 3ª zona | Médio porte | 63,00 | Casa isolada | Alvará n.º 35 - Prefeitura Municipal de Curitiba |
| [10] | Sophia Bestoina | 06/02/1933 | Rua 5 de Maio | Sim | Fora do quadro urbano | Médio porte | 59,70 | Casa isolada | Alvará n.º 45 - Prefeitura Municipal de Curitiba |
| [11] | Milton Barddal | 14/02/1933 | Rua Marechal Deodoro (planta Belache, lote nº 16) | Sim | 3ª zona | Médio porte | 59,50 | Casa isolada | Alvará n.º 49 - Prefeitura Municipal de Curitiba |
| [12] | Walfrido Padro | 04/03/1933 | Avenida Marginal | Sim | 3ª zona | Pequeno porte | 29,15 | Casa isolada | Alvará n.º 66 - Prefeitura Municipal de Curitiba |
| [13] | Maria Tais de Souza | 08/03/1933 | Rua 29 de Agosto | Sim | 3ª zona | Médio porte | 66,00 | Casa isolada | Alvará n.º 76 - Prefeitura Municipal de Curitiba |
| [14] | Wlademiro R. | 08/03/1933 | Alameda D. Julia da Costa | Sim | Fora do quadro urbano | Pequeno porte | 42,00 | Casa isolada | Alvará n.º 74 - Prefeitura Municipal de Curitiba |
| [15] | Domingos Garboia | 13/03/1933 | Planta Vila Capanema | Não | | Pequeno porte | 56,00 | Casa isolada | Alvará n.º 79 - Prefeitura Municipal de Curitiba |
| [16] | Domingos Baptista Vezzoli | 20/03/1933 | Rua Professor Brandão | Sim | 3ª zona | Médio porte | 75,84 | Casa isolada | Alvará n.º 91 - Prefeitura Municipal de Curitiba |
| [17] | Antonio Bonatto | 24/03/1933 | Rua Francisco Torres | Sim | 3ª zona | Pequeno porte | 47,45 | Casa isolada | Alvará n.º 102 - Prefeitura Municipal de Curitiba |
| [18] | Marcoe Moro | 25/03/1933 | Rua Mauá | Parcialmente | 3ª zona | Pequeno porte | 52,80 | Casa isolada | Alvará n.º 103 - Prefeitura Municipal de Curitiba |
| [19] | João Tereski | 05/04/1933 | Travessa José do Patrocínio (Planta Lambach, lote nº 9) | Sim | 3ª zona | Grande porte | 107,50 | Casa isolada | Alvará n.º 113 - Prefeitura Municipal de Curitiba |
| [20] | Altina de Souza | 07/04/1933 | Rua Padre Anchieta | Sim | Fora do quadro urbano | Médio porte | 72,60 | Casa isolada | Alvará n.º 117 - Prefeitura Municipal de Curitiba |
| [21] | João e Pedro Esmanhoto | 10/04/1933 | Rua Brigadeiro Franco (Planta Mann, lote nº 151) | Sim | 3ª zona | Médio porte | 126,50 (63,25 cada) | Casa geminada | Alvará n.º 119 - Prefeitura Municipal de Curitiba |
| [22] | Pedro José D. | 11/04/1933 | Rua Capitão Souza Franco | Parcialmente | 3ª zona / fora do quadro urbano | Pequeno porte | 45,50 | Casa isolada | Alvará n.º 120 - Prefeitura Municipal de Curitiba |
| [23] | Romano Fressato | 14/04/1933 | Rua Cambará (Planta Prodocimo Guerra, lote nº 22) | Sim | Fora do quadro urbano | Pequeno porte | 24,20 | Casa isolada | Alvará n.º 86 - Prefeitura Municipal de Curitiba |
| [24] | Ernesto Tharman | 17/04/1933 | Planta Vila Macedo, lote nº 69 | Não | | Médio porte | 67,76 | Casa isolada | Alvará n.º 132 - Prefeitura Municipal de Curitiba |
| [25] | Amadeu Honori | 20/04/1933 | Rua Piquiry | Sim | Fora do quadro urbano | Médio porte | 62,40 | Casa isolada | Alvará n.º 130 - Prefeitura Municipal de Curitiba |
| [26] | Anna e Helena Mieczkowska | 22/04/1933 | Planta Flavio Macedo, lote nº 57 | Sim | 3ª zona | Médio porte | 57,00 | Casa isolada | Alvará n.º 134 - Prefeitura Municipal de Curitiba |
| [27] | Wenceslau Glaser | 22/04/1933 | Rua Capitão Souza Franco | Sim | 3ª zona | Médio porte | 60,98 | Casa isolada | Alvará n.º 136 - Prefeitura Municipal de Curitiba |
| [28] | Anastasiaga Tatarina | 28/04/1933 | Rua Martin Afonso (Planta Schimmelpfeng, lote nº 180) | Sim | 3ª zona | Pequeno porte | 59,40 (29,70 cada) | Casa geminada | Alvará n.º 148 - Prefeitura Municipal de Curitiba |
| [29] | João Pontony | 28/04/1933 | Rua das Araucárias | Parcialmente | 3ª zona / fora do quadro urbano | Pequeno porte | 49,50 | Casa isolada | Alvará n.º 146 - Prefeitura Municipal de Curitiba |
| [30] | José Siebenrock | 28/04/1933 | Avenida Candido de Abreu | Parcialmente | 2ª zona / 3ª zona / fora do quadro urbano | Médio porte | 78,00 | Casa isolada | Alvará n.º 149 - Prefeitura Municipal de Curitiba |
| [31] | Carlos Valencio Sobrinho | 04/05/1933 | Planta Vila Juvevê, lote nº 61 | Sim | Fora do quadro urbano | Médio porte | 65,50 | Casa isolada | Alvará n.º 123 - Prefeitura Municipal de Curitiba |
| [32] | Jovino Mendes | 09/05/1933 | Rua Bento Viana (Planta Polydoro, lote nº 11) | Sim | 3ª zona | Pequeno porte | 49,00 cada | Conjunto de duas casas | Alvará n.º 158 - Prefeitura Municipal de Curitiba |
| [33] | Augusto Gonçalves de Castro | 10/05/1933 | Rua Manoel Felix | Sim | 3ª zona | Grande porte | | Casa isolada | Alvará n.º 162 - Prefeitura Municipal de Curitiba |
| [34] | João Dietz | 29/05/1933 | Planta Schwab, lote nº 11 | Sim | 3ª zona | Pequeno porte | 59,22 (29,61 cada) | Casa geminada | Alvará n.º 185 - Prefeitura Municipal de Curitiba |
| [35] | José Varassin | 29/05/1933 | Rua Junú | Não | | Médio porte | 72,00 | Casa isolada | Alvará n.º 182 - Prefeitura Municipal de Curitiba |
| [36] | Maria Bzocinski Razakewicz | 08/06/1933 | Estrada do Bigorrilho (Planta Vila Schim, lote nº 492) | Sim | Fora do quadro urbano | Pequeno porte | 48,00 | Casa isolada | Alvará n.º 202 - Prefeitura Municipal de Curitiba |
| [37] | Agostinho Macedo | 10/06/1933 | Estrada transversal à Rua Simão Bolívar | Não | | Médio porte | 80,25 | Casa isolada | Alvará n.º 231 - Prefeitura Municipal de Curitiba |
| [38] | Eridio Pazello | 13/06/1933 | | Não | | Pequeno porte | 42,50 | Casa isolada | Alvará n.º 210 - Prefeitura Municipal de Curitiba |
| [39] | Herbert Bubolz | 14/06/1933 | Rua Clevelandia | Sim | 3ª zona | Pequeno porte | 42,00 | Casa isolada | Alvará n.º 212 - Prefeitura Municipal de Curitiba |
| [40] | João Bonato | 20/06/1933 | Rua nº 2 da Planta Vila Macedo | Parcialmente | Fora do quadro urbano | Grande porte | 89,55 | Casa isolada | Alvará n.º 219 - Prefeitura Municipal de Curitiba |
| [41] | Rodolfo Weber | 23/06/1933 | Rua Matiel (Planta Saturnino Travassani, lote nº 114) | Sim | Fora do quadro urbano | Médio porte | 60,23 | Casa isolada | Alvará n.º 223 - Prefeitura Municipal de Curitiba |
| [42] | Jorge Baptista Crocetti | 06/07/1933 | Rua nº 10 da planta nº 1 da Cia. Territorial Cajuru, lote nº 435 | Não | | Grande porte | 119,68 | Casa isolada | Alvará n.º 235 - Prefeitura Municipal de Curitiba |
| [43] | Arnaldo Luiz Raschendorfer | 08/07/1933 | Rua Alvaro Ramos (Planta Vila Lustosa, lote nº 34) | Sim | Fora do quadro urbano | Grande porte | 88,00 | Casa isolada | Alvará n.º 239 - Prefeitura Municipal de Curitiba |
| [44] | Ilse Freigang | 17/07/1933 | Quartelão das Meroês (Planta Vila Goldstein, lote nº 97 e 99) | Sim | Fora do quadro urbano | Grande porte | 109,06 | Casa isolada | Alvará n.º 244 - Prefeitura Municipal de Curitiba |
| [45] | Afonso Wendler | 22/07/1933 | Avenida Marginal, lote nº 42 | Sim | 3ª zona | Pequeno porte | 46,75 | Casa isolada | Alvará n.º 248 - Prefeitura Municipal de Curitiba |
| [46] | Arnaldo Toninello | 08/08/1933 | Rua Palmira (Planta Julio Garmatter, lote nº 1 da quadra IX) | Não | | Grande porte | 90,00 | Casa isolada | Alvará n.º 272 - Prefeitura Municipal de Curitiba |
| [47] | Frederico K. | 05/02/1937 | Primeira rua paralela à Rua Recife | Sim | Fora do quadro urbano | Grande porte | 192,00 | Casa isolada | Alvará n.º 2449 - Prefeitura Municipal de Curitiba |
| [48] | Samuel Paraná Mötter | 15/04/1937 | Avenida Marginal | Sim | 3ª zona | Pequeno porte | 43,95 | Casa isolada | Alvará n.º 2592 - Prefeitura Municipal de Curitiba |
| [49] | Eurico C. Harth | 22/03/1939 | Rua Coronel Dulcideo, lote nº 37 | Sim | Fora do quadro urbano | Pequeno porte | 52,80 | Casa isolada | Alvará n.º 3769 - Prefeitura Municipal de Curitiba |
| [50] | Eurico C. Harth | 22/03/1939 | Rua Coronel Dulcideo, lote nº 39 | Sim | Fora do quadro urbano | Pequeno porte | 52,80 | Casa isolada | Alvará n.º 3769 - Prefeitura Municipal de Curitiba |
| [51] | Alexandre Kaminski | 07/06/1940 | Rua Parintins | Sim | Fora do quadro urbano | Pequeno porte | 45,50 | Casa isolada | Alvará n.º 4621 - Prefeitura Municipal de Curitiba |
| [52] | José Smolinski | 16/09/1940 | Rua Emilio de Menezes | Sim | Fora do quadro urbano | Médio porte | 83,00 | Casa isolada | Alvará n.º 4848 - Prefeitura Municipal de Curitiba |
| [53] | Marcoe Moro | 05/10/1940 | Rua Alferees Poly | Sim | Fora do quadro urbano | Pequeno porte | 42,95 | Casa isolada | Alvará n.º 4888 - Prefeitura Municipal de Curitiba |
| [54] | Antonio Komarowski | 06/12/1940 | Rua Portugal | Parcialmente | 2ª zona / 3ª zona / fora do quadro urbano | Médio porte | 60,90 | Casa isolada | Alvará n.º 5013 - Prefeitura Municipal de Curitiba |
| [55] | Ladislau Linhares | 07/03/1941 | Rua Fernandes de Barros | Parcialmente | Fora do quadro urbano | Pequeno porte | 42,00 | Casa isolada | Alvará n.º 5216 - Prefeitura Municipal de Curitiba |

Fonte: Autora (2022).

Dos exemplares estudados, cinquenta (cerca de 90,90%) foram localizados e mapeados.

Em relação à situação, verificou-se que estes não se encontravam na primeira zona (área central), localizando-se na terceira zona ou fora do limite do quadro

urbano, atendendo o que exigia a legislação quanto ao zoneamento. Os cinco restantes não puderam ser localizados por falta de informação no processo de solicitação do alvará de construção. Das edificações analisadas, como ilustra a MAPA 2 e a TABELA 1, oito foram localizadas parcialmente, sendo possível identificar somente em que ruas estavam situadas. Ainda assim, nenhuma dessas ruas adentrava a primeira zona, que possuía restrições a esse tipo de construção. Dos quarenta e dois exemplares localizados totalmente (MAPA 2), vinte se encontram na terceira zona e vinte e dois se localizam fora do limite do quadro urbano.

Para uma análise mais aprofundada, as cinquenta e cinco residências foram divididas em três categorias: pequeno, médio e grande porte. A definição ocorreu considerando a área construída das casas, visto que suas especificidades (como os cômodos de cada uma, por exemplo) eram bem diversas. As habitações de até 56,00m² de área construída foram consideradas de pequeno porte; as de 57,00m² até 83,00m², de médio porte; e, por fim, as habitações a partir de 88,00m², de grande porte (QUADRO 2). Ainda, para essa divisão também foi analisado o tipo de implantação das habitações, visto diferentes tipologias, como casas isoladas no lote, casas geminadas e conjunto de duas casas no lote. No caso dos dois últimos, foi considerada a área construída da residência de uma família.

QUADRO 2 – QUANTIDADE DE CASAS POR CATEGORIA

| Categoria | Quantidade |
|------------------|-------------------|
| Pequeno porte | 24 |
| Médio porte | 23 |
| Grande porte | 8 |

Fonte: Autora (2022).

Dos parâmetros do QUADRO 1, optou-se por analisar especialmente os itens 1, 2, 3 e 5. Estes foram explorados dentro de cada categoria. Na primeira delas (TABELA 2), em relação ao recuo frontal e aos afastamentos da divisa, cerca de 70,83% atendiam à legislação – o restante não atendia ou não contava com essa especificação no projeto.

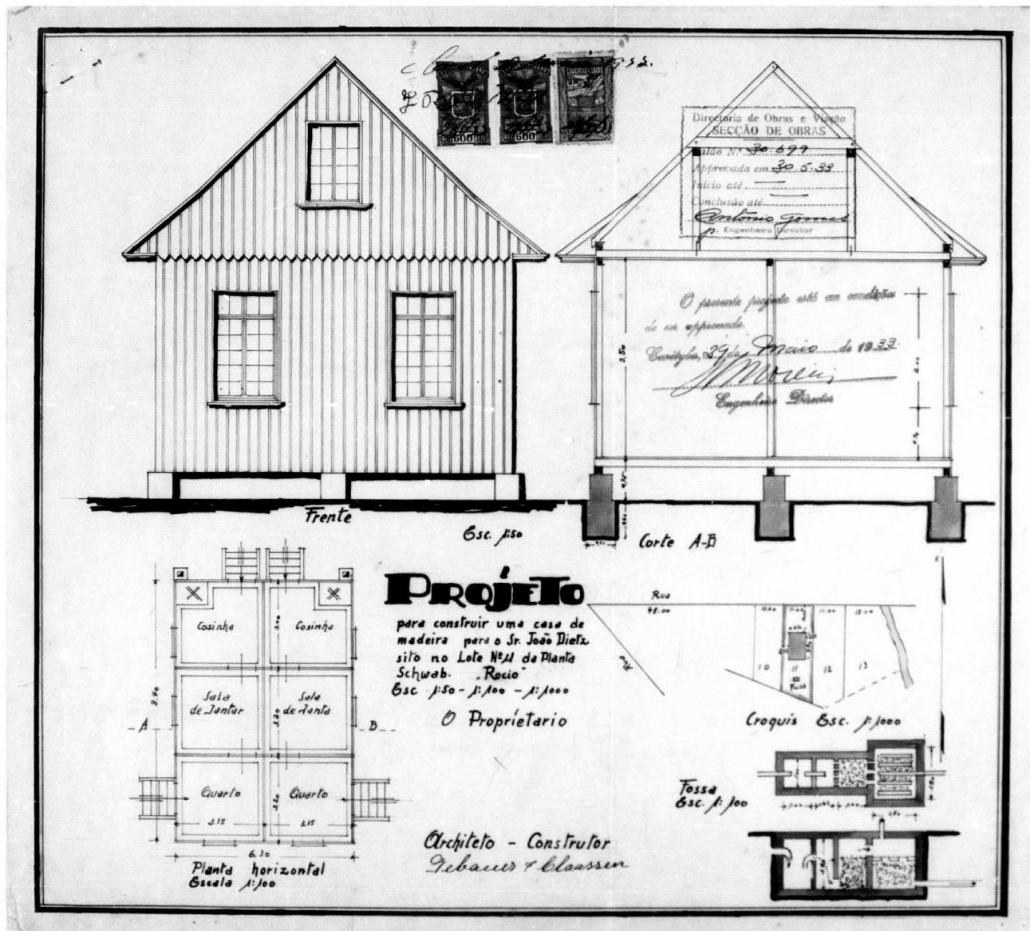
TABELA 2 – CASAS DE MADEIRA DE PEQUENO PORTE CONSTRUÍDAS ENTRE 1930 E 1941

| | ÁREA CONSTRUÍDA ESTIMADA (m²) | IMPLANTAÇÃO | RECUO FRONTAL (m) | AFASTAMENTO DAS DIVISAS (m) | BANHEIRO | AMBIENTES | AMBIENTES MÍNIMOS DE 36m³ | PÉ DIREITO (m) | JANELAS (m) |
|------|-------------------------------|------------------------|-------------------|-----------------------------|----------|--|---------------------------|----------------|-----------------------------|
| [23] | 24,20 | Casa isolada | 10,00 | 5,00 e 2,00 | Externo | Sala de jantar, cozinha, dormitório | Não atende | 3,00 | 0,70 X 1,60 |
| [12] | 29,15 | Casa isolada | 10,00 | 2,70 | Externo | Varanda, sala, cozinha, despensa, 2 dormitórios | Atende parcialmente | 2,70 a 3,30 | |
| [34] | 59,22 (29,61 cada) | Casa geminada | | 2,35 | Externo | Sala de jantar, cozinha, dormitório | Não atende | 3,50 | |
| [28] | 59,40 (29,70 cada) | Casa geminada | 5,00 | | Externo | Sala, cozinha, dormitório | Não atende | 3,00 | 1,00 X 1,75 |
| [14] | 42,00 | Casa isolada | 5,00 | 2,00 | Externo | Varanda, sala de visita, sala de jantar, cozinha, dormitório | Não atende | 3,00 | |
| [39] | 42,00 | Casa isolada | | | Externo | Sala de visita, sala de jantar, cozinha, dormitório | Atende parcialmente | 3,00 | |
| [55] | 42,00 | Casa isolada | 10,00 | 12,00 e 2,00 | Externo | Sala de visita, copa, cozinha, quarto | Não atende | 3,00 | 0,80 X 1,60 |
| [38] | 42,50 | Casa isolada | | | Externo | Varanda, sala de jantar, copa, cozinha, dormitório | Atende parcialmente | 3,00 | |
| [53] | 42,95 | Casa isolada | 10,00 | 3,72 e 2,00 | Externo | Varanda, sala, cozinha, 2 dormitórios | Atende parcialmente | 3,00 | 0,80 X 1,50; 0,40 X 1,50 |
| [08] | 43,20 | Casa isolada | | 3,00 e 4,80 | Externo | Varanda, sala de jantar, cozinha, despensa, dormitório | Não atende | 3,00 | |
| [48] | 43,95 | Casa isolada | 5,00 | 2,00 | Externo | Varanda, sala de jantar, cozinha, despensa, 2 dormitórios | Atende parcialmente | 3,00 | 1,50 X 1,50; 1,00 X 1,50 |
| [22] | 45,50 | Casa isolada | | 4,00 | Externo | Sala, cozinha, 2 dormitórios | Atende parcialmente | 3,00 | |
| [51] | 45,50 | Casa isolada | 10,00 | 30,15 e 10,00 | Externo | Varanda, sala de visita, cozinha, 2 dormitórios | Atende parcialmente | 3,00 | |
| [45] | 46,75 | Casa isolada | 5,00 | 2,70 | Externo | Varanda, sala, cozinha, despensa, 2 dormitórios | Atende parcialmente | 2,70 a 3,30 | |
| [17] | 47,45 | Casa isolada | 6,50 | 1,70 e 2,00 | Externo | 2 varandas, sala, cozinha, dormitório | Não atende | 3,00 | |
| [36] | 48,00 | Casa isolada | 5,00 | 6,00 e 3,00 | Externo | Varanda, sala de visita, cozinha, 2 dormitórios | Atende | 3,30 | |
| [32] | 49,00 cada | Conjunto de duas casas | 66,00 | 2,00 | Externo | Sala, cozinha, 2 dormitórios | Atende | 3,30 | ? X 1,60 |
| [29] | 49,50 | Casa isolada | | | Externo | Varanda, sala de visita, cozinha, despensa, dormitório | Atende parcialmente | 3,00 | |
| [07] | 52,00 | Casa isolada | 5,00 | | Externo | Varanda, sala de jantar, cozinha, 3 dormitórios | Atende parcialmente | 3,00 | |
| [18] | 52,80 | Casa isolada | 10,00 | 2,00 | Externo | Varanda, sala, sala de jantar, copa, cozinha, dormitório | Atende parcialmente | 3,00 | |
| [49] | 52,80 | Casa isolada | 5,00 | 3,00 e 2,00 | Externo | Sala, sala de jantar, cozinha, despensa, dormitório, quarto de costura | Atende parcialmente | 3,00 | 0,90 X 1,70; 0,60 X 1,70 |
| [50] | 52,80 | Casa isolada | 5,00 | 2,00 e 3,00 | Externo | Sala, sala de jantar, cozinha, despensa, dormitório, quarto de costura | Atende parcialmente | 3,00 | 0,90 X 1,70; 0,60 X 1,70 |
| [15] | 56,00 | Casa isolada | 5,00 | 2,00 | Externo | Varanda, sala de visita, sala de jantar, cozinha, dormitório | Atende parcialmente | 3,00 | |
| [02] | | Casa isolada | | | Externo | Varanda, sala de jantar, cozinha, ambiente ilegível (provavelmente despensa), dormitório | | | |

Fonte: Autora (2022).

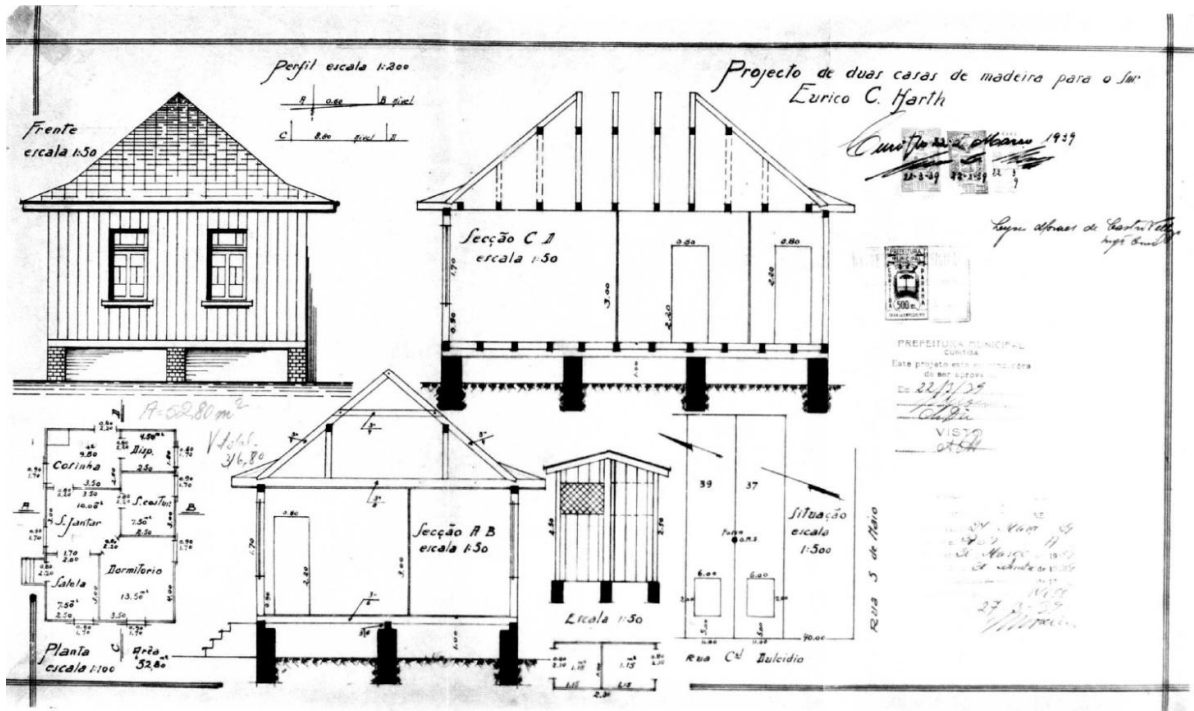
Além dos parâmetros da Lei Municipal nº 413 de 1914, outros elementos foram explorados, como os ambientes de cada habitação e a presença de instalações sanitárias no interior da casa. Nas casas de pequeno porte, todos os banheiros se localizam na parte externa da casa, com fossa séptica. Nesta categoria, no entanto, os programas de necessidades não são uniformes ou restritos – algo evidente em moradias de vilas operárias, por exemplo, onde todas as casas seguem um princípio mínimo –, visto que muitos fogem do padrão "sala-cozinha-dormitório" (FIGURA 1), abrigando por vezes também elementos como quarto de costura e depósito (FIGURA 2). Nesse contexto, considerando a diversidade de ambientes em relação à área construída, apenas duas atendem o parâmetro 3 do QUADRO 1, quanto ao volume mínimo de 36,00m³ de cada compartimento, enquanto quatorze atendem parcialmente. Quanto ao pé-direito e as medidas das janelas, nenhuma das casas dessa categoria atendia à legislação, visto que todas as janelas e pés-direitos estavam abaixo dos parâmetros.

FIGURA 1 – EXEMPLO DE PROJETO DA CATEGORIA DE PEQUENO PORTE



Fonte: Alvará n.º 148 – Prefeitura Municipal de Curitiba.

FIGURA 2 – EXEMPLO DE PROJETO DA CATEGORIA DE PEQUENO PORTE COM MAIOR NÚMERO DE AMBIENTES



Fonte: Alvará n.º 3739 – Prefeitura Municipal de Curitiba.

Na segunda categoria (TABELA 3), de médio porte, 91,30% das habitações atendiam o recuo frontal, enquanto 78,26% respeitavam os afastamentos das divisas. Ainda contando com uma diversidade de números e tipos de ambientes, das vinte e três residências, somente uma atendia o parâmetro 3 do QUADRO 1 e quinze atendiam parcialmente – visto que nessas somente alguns dos cômodos atendiam a legislação quanto aos 36,00m³ de volume mínimo. Contudo, nesta categoria já foi possível encontrar instalações sanitárias no interior das residências (seis no total). As janelas e o pé-direito de nenhuma das vinte e três casas atendia a Lei Municipal nº 413 de 1914.

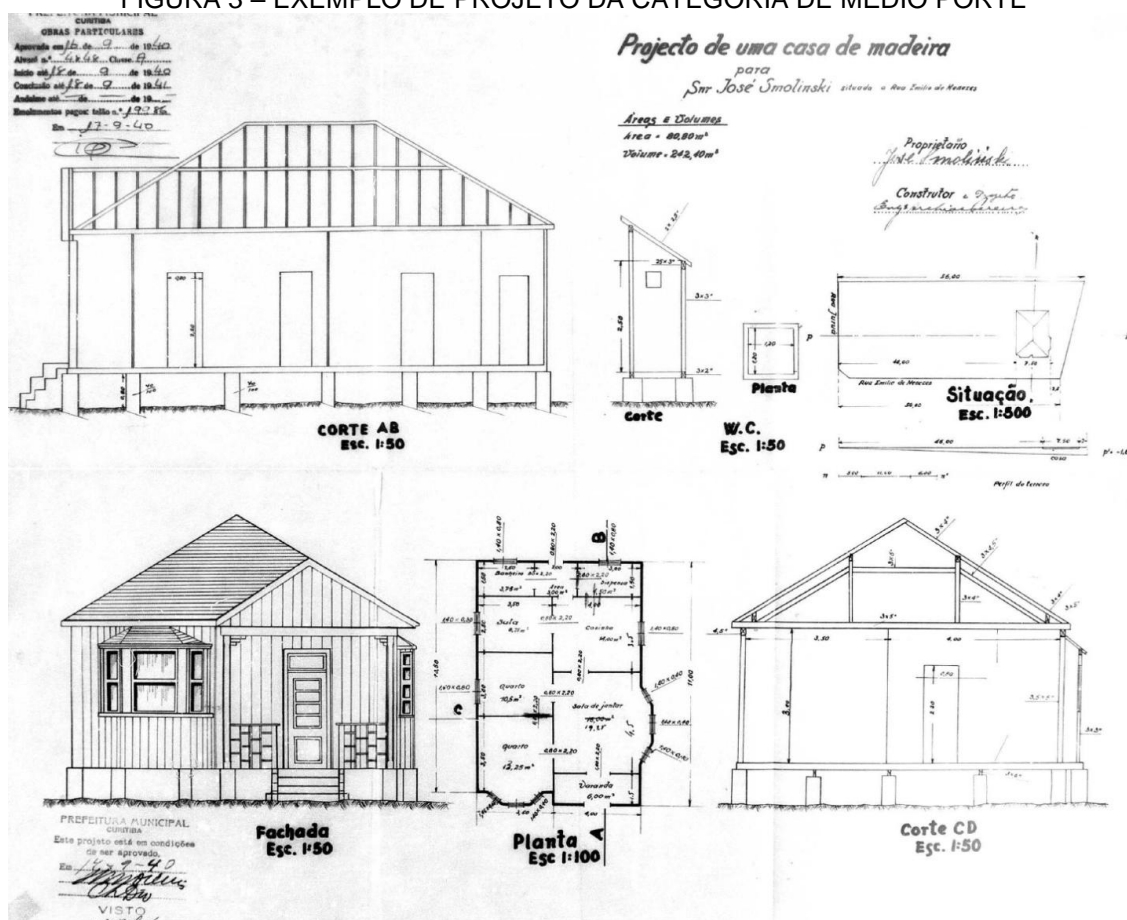
TABELA 3 – CASAS DE MADEIRA DE MÉDIO PORTE CONSTRUÍDAS ENTRE 1930 E 1941

| | ÁREA CONSTRUÍDA ESTIMADA (m ²) | IMPLANTAÇÃO | RECUEO FRONTAL (m) | AFASTAMENTO DAS DIVISAS (m) | BANHEIRO | AMBIENTES | AMBIENTES MÍNIMOS DE 36m ³ | PE DIREITO (m) | JANELAS (m) |
|------|--|---------------|--------------------|-----------------------------|----------|---|---------------------------------------|----------------|--|
| [26] | 57,00 | Casa isolada | 5,00 | 2,00 e 3,50 | Externo | Varanda, sala de jantar, cozinha, despensa, 2 dormitórios | Atende parcialmente | 3,00 | ? X 1,85 |
| [11] | 59,50 | Casa isolada | 10,00 | 2,00 | Interno | Varanda, sala de jantar, cozinha, 2 dormitórios, banheiro, corredor | Atende parcialmente | 3,00 | |
| [10] | 59,70 | Casa isolada | 10,00 | 2,00 e 9,70 | Externo | Varanda, sala, sala de jantar, cozinha, despensa, dormitório, quarto de costura | Atende parcialmente | 3,00 | |
| [06] | 60,00 | Casa isolada | 10,00 | 30,15 e 10,00 | Externo | Varanda, sala de visita, cozinha, 2 dormitórios | Atende parcialmente | 3,00 | |
| [41] | 60,23 | Casa isolada | 10,00 | 2,00 | Externo | 2 varandas, sala, cozinha, despensa, 2 dormitórios | Atende parcialmente | 3,00 | |
| [54] | 60,90 | Casa isolada | 5,00 | 2,50 | Externo | Varanda, sala, copa, cozinha, despensa, área, dormitório | | | 0,80 X 1,55; 0,50 X 1,55; 0,80 X 1,60; 0,60 X 1,20 |
| [27] | 60,98 | Casa isolada | 20,00 e 56,90 | 11,04 | Externo | Sala de visita, sala de jantar, cozinha, 3 dormitórios | Não atende | 3,00 | |
| [25] | 62,40 | Casa isolada | 5,00 | 2,00 e 7,20 | Interno | Varanda, sala de visita, sala de jantar, cozinha, 2 dormitórios, banheiro | Não atende | 3,00 | |
| [09] | 63,00 | Casa isolada | 10,00 | 2,00 | Externo | Varanda, sala de visita, sala de jantar, copa, cozinha, 2 dormitórios | Não atende | 3,00 | |
| [21] | 126,50 (63,25 cada) | Casa geminada | 5,00 e 16,50 | 5,50 e 16,50 | Externo | Varanda, sala, cozinha, despensa, dormitório | Atende parcialmente | 3,50 | |
| [31] | 65,50 | Casa isolada | 5,00 | 3,00 e 6,90 | Externo | Varanda, sala de visita, sala de jantar, cozinha, despensa, 2 dormitórios | Não atende | 3,00 | |
| [13] | 66,00 | Casa isolada | 5,00 | 2,40 e 1,00 | Externo | Varanda, sala, sala de jantar, cozinha, despensa, 3 dormitórios | Não atende | 3,30 | |
| [24] | 67,76 | Casa isolada | 10,00 | 2,00 e 0,00 | Externo | Varanda, sala de visita, copa, cozinha, dormitório | Atende parcialmente | 3,30 | |
| [04] | 68,25 | Casa isolada | 5,00 | 4,15 e 2,00 | Externo | Sala de visita, sala de jantar, cozinha, 2 dormitórios | Atende | 3,00 | |
| [35] | 72,00 | Casa isolada | 10,00 | 2,00 | Externo | Varanda, sala, cozinha, despensa, 2 dormitórios | Atende parcialmente | 3,50 | |
| [01] | 72,12 | Casa isolada | 5,00 | 1,00 e 3,00 | Interno | Varanda, sala de jantar, cozinha, despensa, 2 dormitórios, banheiro, corredor | Atende parcialmente | 3,00 | 1,50 X 1,60; 1,00 X 1,60; 0,70 X 1,60; 0,60 X 1,60; ? X 1,60 |
| [20] | 72,60 | Casa isolada | | 13,40 e 2,00 | Externo | Varanda, sala de visita, sala de jantar, cozinha, despensa, dormitório | Atende parcialmente | 3,00 | ? X 1,50 |
| [16] | 75,84 | Casa isolada | 5,00 | 2,00 e 1,10 | Externo | Varanda, sala de visita, sala de jantar, cozinha, despensa, 2 dormitórios | Atende parcialmente | 3,00 | ? X 1,80 |
| [05] | 77,00 | Casa isolada | 5,00 | 3,00 e 10,00 | Externo | Sala de visita, sala de jantar, cozinha, 3 dormitórios | Atende parcialmente | 3,00 | |
| [30] | 78,00 | Casa isolada | 5,00 | 2,00 e 2,50 | Externo | Varanda, sala, refeitório, cozinha, despensa, dormitório | Atende parcialmente | 3,20 | |
| [37] | 80,25 | Casa isolada | 30,00 | 5,50 e 2,00 | Interno | Varanda, sala de visita, sala de jantar, copa, cozinha, despensa, 2 dormitórios, banheiro | Atende parcialmente | 3,00 | ? X 1,80 |
| [52] | 83,00 | Casa isolada | | 40,00 e 3,50 | Interno | Varanda, sala, sala de jantar, cozinha, despensa, área, 2 dormitórios, banheiro | Atende parcialmente | 3,00 | 0,30 X 1,40; 0,40 X 1,40; 0,80 X 1,40 |
| [03] | | Casa isolada | 5,00 | | Interno | Varanda, sala, sala de jantar, cozinha, 3 dormitórios, banheiro | | 3,00 | |

Fonte: Autora (2022).

Por se tratar de casas com uma maior área construída, se comparada às demais, observam-se ambientes mais espaçosos quando comparados à primeira categoria (FIGURA 3).

FIGURA 3 – EXEMPLO DE PROJETO DA CATEGORIA DE MÉDIO PORTE



Fonte: Alvará n.º 4848 – Prefeitura Municipal de Curitiba.

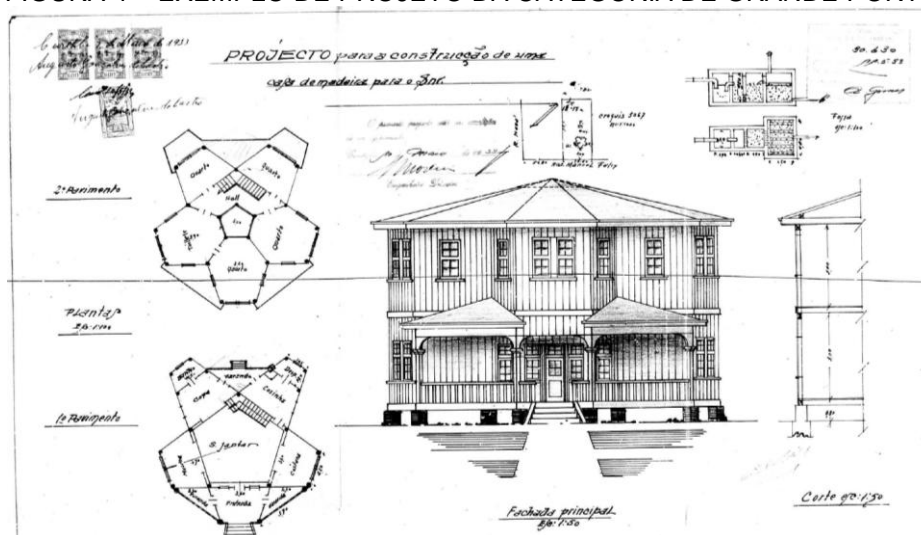
Apesar de a área central da cidade ser a região mais provida de infraestrutura, serviços e limitar habitações de madeira, os alvarás analisados da década de 1930 não se restringiram exclusivamente à camada mais pobre da sociedade, como evidencia a terceira categoria, de grande porte (TABELA 4). As residências dessa categoria revelam um alto padrão de vida de seus moradores, desde elas possuírem mais ornamentos até a quantidade de cômodos, suas especificidades e áreas (FIGURA 4).

TABELA 4 – CASAS DE MADEIRA DE GRANDE PORTE CONSTRUÍDAS ENTRE 1930 E 1941

| | ÁREA CONSTRUÍDA ESTIMADA (m²) | IMPLANTAÇÃO | RECUO FRONTAL (m) | AFASTAMENTO DAS DIVISAS (m) | BANHEIRO | AMBIENTES | AMBIENTES MÍNIMOS DE 36m³ | PÉ DIREITO (m) | JANELAS (m) |
|------|-------------------------------|--------------|-------------------|-----------------------------|----------|--|---------------------------|----------------|-----------------------------|
| [43] | 88,00 | Casa isolada | 6,00 | 2,00 | Interno | Sala de jantar, cozinha, 2 dormitórios, quarto de costura, depósito de utensílios, depósito de malas, banheiro, corredor | Atende parcialmente | 3,10 e 2,25 | |
| [40] | 89,55 | Casa isolada | 10,00 | | Interno | Varanda, sala de visita, sala de jantar, cozinha, 2 despensas, 2 dormitórios, banheiro | Atende parcialmente | 3,00 | ? X 1,60 |
| [46] | 90,00 | Casa isolada | 5,00 | 2,00 | Externo | Varanda, sala de jantar, cozinha, depósito, 2 dormitórios | Atende parcialmente | 3,30 | ? X 1,80 |
| [19] | 107,50 | Casa isolada | 10,00 | 2,00 | Externo | Varanda, sala de visita, sala de jantar, copa, cozinha, 2 dormitórios, quarto de estudo, quarto de costura | Não atende | 3,00 | |
| [44] | 109,06 | Casa isolada | | | Interno | Varanda, sala de visita, cozinha, ambiente não especializado, 2 dormitórios, banheiro, corredor | | 2,00 e 3,00 | |
| [42] | 119,68 | Casa isolada | | | Externo | Varanda, sala de jantar, sala de visita, cozinha, 3 dormitórios, quarto de costura, quarto de estudo, corredor | Atende parcialmente | 3,00 e 2,50 | |
| [47] | 192,00 | Casa isolada | 10,00 | 2,50 e 16,50 | Externo | Sala de jantar, 2 salas, cozinha, 2 dormitórios, oficina, depósito | Atende parcialmente | 3,00 | 1,30 X 1,25; 0,90 X 1,25 |
| [33] | | Casa isolada | 10,00 | | Interno | 2 varandas, sala de jantar, sala de música, copa, cozinha, despensa, 4 dormitórios, quarto de costura, 2 banheiros, corredor | | 3,00 | |

Fonte: Autora (2022).

FIGURA 4 – EXEMPLO DE PROJETO DA CATEGORIA DE GRANDE PORTE



Fonte: Alvará n.º 162 – Prefeitura Municipal de Curitiba.

Nessa categoria, 75,00% das casas respeitavam o recuo frontal, enquanto 50,00% atendiam a legislação quanto aos afastamentos das divisas. Cinco das oito casas de porte grande atendiam parcialmente o volume mínimo de 36,00m³ dos ambientes e, novamente, nenhuma atendia os parâmetros de pé-direito mínimo e janelas mínimas da Lei Municipal n.º 413 de 1914. Ainda, metade delas contava com instalações sanitárias no interior da edificação.

Apesar de os banheiros internos não serem um parâmetro da legislação vigente na década de 1930, a análise quanto a esse quesito foi realizada, face a sua relação direta com a rede hidrossanitária. Com o MAPA 3, é possível notar que, de fato, o serviço de saneamento, composto pela rede de água e esgoto, estava empregado somente no centro da cidade de Curitiba, não servindo as habitações mais afastadas – reforçando a desigualdade de ocupação do espaço urbano.

Por fim, dentre toda as categorias analisadas, vale apontar que o parâmetro 6 do QUADRO 1 – que determinava que as abas do telhado (exceto as dos fundos) deveriam ser guarnecidas de lambrequins – foi atendido por apenas uma das habitações (a de número 19, de grande porte) e o parâmetro 4 foi atendido por todos os cinquenta e cinco projetos analisados, variando na altura dos alicerces.

6. CONCLUSÕES/CONSIDERAÇÕES FINAIS

O início da presente pesquisa de iniciação científica foi movido pela inquietação de como o processo de ocupação do espaço urbano ocorria – e ainda ocorre – de maneira desigual, principalmente na questão habitacional. Após a revisão bibliográfica da primeira e segunda etapas, ficou claro como a classe operária, desde o começo do processo de urbanização das metrópoles, foi marginalizada e sem acesso e utilização de muitos serviços – apesar desta muito fazer pelo crescimento e desenvolvimento das cidades –, devido a fatores técnicos, políticos e sociais. Com a sistematização, análise e mapeamento dos cinquenta e cinco alvarás de residências de madeira emitidos entre 1930 e 1941 na cidade de Curitiba, foi possível exemplificar e ilustrar essa questão com ainda mais clareza.

Constatou-se maior incidência das moradias em madeira na terceira zona de Curitiba, ou até mesmo fora do quadro urbano, cumprindo o estabelecido pela legislação; e que estas, pelo seu tamanho e número de ambientes internos, majoritariamente eram de pequeno e médio porte. Os resultados obtidos evidenciam que a madeira, pelo seu menor custo, foi utilizada pela população de baixa renda para a construção de habitações econômicas no período; e que estas unidades estavam afastadas da área central, confirmando a desigualdade de ocupação do espaço urbano.

A partir do estudo foi possível constatar a permanência de diversas características presentes desde o final do século XIX. A desigualdade social, responsável por processos como a segregação socioespacial, se manifesta no espaço urbano e é um problema estrutural, o qual perpetua e se evidencia na diferença das moradias, no acesso aos serviços públicos e, conseqüentemente, na qualidade de vida.

Todas as leituras, discussões e atividades deste trabalho foram extremamente produtivas, esclarecedoras, permitiram mais conhecimento e uma visão mais

abrangente das cidades, especialmente Curitiba – fatores essenciais para construção e crescimento pessoal como estudante, profissional e indivíduo.

Espera-se que a presente pesquisa possa contribuir para um melhor entendimento do período e da capital paranaense.

REFERÊNCIAS

BENEVOLO, L. **As origens da urbanística moderna**. Lisboa: Editora Presencial, 1987.

CALABI, D. **História do Urbanismo Europeu**. São Paulo: Perspectiva, 2015.

CARPINTÉRO, M. V. T. **A Construção de Um Sonho**: Os engenheiros-arquitetos e a formação da política habitacional no Brasil. Campinas: Editora da Unicamp, 1997.

CASTRO, E. A.; POSSE, Z. C. S. **As Virtudes do Bem-morar**: O processo de urbanização de Curitiba e a produção arquitetônica de Eduardo Fernando Chaves. Curitiba, 2012.

CASTRO, E. A.; POSSE, Z. C. S. **Morar nas Alturas!** A verticalização de Curitiba entre 1930 e 1960. Curitiba, 2018.

CORREIA, T. D. B. **A Construção do Habitat Moderno no Brasil (1870-1950)**. São Carlos: RiMa, 2004.

CURITIBA. **Lei Municipal n.º 177, de 30 de abril de 1906**. Proíbe a construção de moradias de madeira na região central de Curitiba.

CURITIBA. **Lei Municipal n.º 341, de 19 de novembro de 1912**. Divide em três zonas a malha urbana de Curitiba.

CURITIBA. **Lei Municipal n.º 413, de 07 de fevereiro de 1914**. Estabelece parâmetros mínimos para a construção de moradias de madeira nas segunda e terceira zonas de Curitiba.

CURITIBA. **Lei Municipal n.º 527, do Código de Posturas, de 1919**. Revisa a proposta não sancionada de 1912.

CURITIBA. **Lei Municipal n.º 768, de 27 de maio de 1929**. Estabelece limitações para o quadro urbano de Curitiba.

ENGELS, F. **A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra**. São Paulo: Boitempo, 2010.

HOMEM, M. C. N. **Higienópolis**: Grandeza de um bairro paulistano. São Paulo: Edusp, 2011.

MEMÓRIA URBANA. **As Virtudes do Bem-Morar**: Urbanização de Curitiba 1900 - 1940. Urbanização de Curitiba 1900 - 1940. Disponível em: <<https://www.memoriaurbana.com.br/as-virtudes-do-bem-morar/urbanizacao-de-curitiba-1900-1940/>>. Acesso em: 07 jul. 2022.

WOLFF, S. F. S. **Jardim América**: O primeiro bairro-jardim de São Paulo e sua arquitetura. São Paulo: Edusp, 2015.

ZUCCONI, Guido. **A cidade do século XIX**. São Paulo: Perspectiva, 2009.